

## A HISTORIOGRAFIA SEGUNDO ROGER CHARTIER (1945-)

### **META**

Caracterizar o pensamento historiográfico de Roger Chartier.

### **OBJETIVOS**

Ao final desta aula, o aluno deverá:

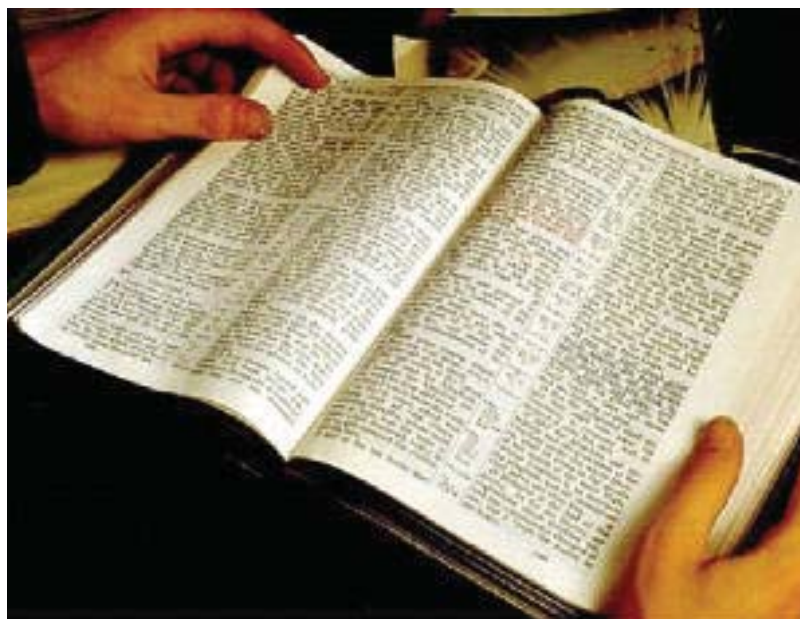
elencar e explicar os principais aspectos do pensamento historiográfico de Roger Chartier.



Roger Chartier, historiador francês.  
(Fonte: <http://www.clicrbs.com.br>)

### INTRODUÇÃO

Roger Chartier é um autor ligado à chamada Escola dos Anais. É o último representante da linhagem analista, iniciada em 1929. Faz parte da “4ª Geração”. Figura, dentre os autores atuais, como historiador muito influente, marcante. É o formulador principal da denominada “História Cultural”, última fase do movimento analista, surgida nas últimas décadas do século 20. (VER, sobre o tópico, ROJAS, Carlos Antônio A. Depois de 1989. Uma história dos Annales. Maringá: Ed. da Universidade Estadual de Maringá, 2004).



Por representação Chartier entende o modo como os homens constroem intelectualmente seus mundos, sua realidade circundante. A representação não é neutra ou objetiva. Ela nasce e funciona calcada em interesses. Na Bíblia, por exemplo, católicos e evangélicos a lêem de modos distintos, porque seus interesses também são distintos. No contexto da Reforma, enquanto os católicos querem reforçar o poder papal, Lutero queria questioná-lo. (Fonte: <http://conteudo.arcauniversal.com>).

## O CONTEXTO DE SURGIMENTO DA HISTÓRIA CULTURAL, NA FRANÇA

Chartier demarca o contexto de emergência da história cultural. Por ele tal vertente surge como resultado da insatisfação com a chamada história das mentalidades, surgida nos anos de 1960 e 1970, na França. À época – segundo o autor – a história vivia uma situação ambivalente: institucionalmente era dominante mas, intelectualmente, estava ameaçada pelas Ciências Sociais, pela valorização das Ciências Sociais. Por isso, a história toma duas atitudes básicas:

- a) constituiu novos campos de investigação, novos objetos: a história das mentalidades invade o campo inimigo.
- b) tomou como modelo a seriação e a quantificação – “história serial”. A história ganha novos territórios e adota novas formas de inteligibilidade (a quantificação). Busca maior cientificidade por meio da quantificação.

Note, conforme o autor, que o desenvolvimento da história das mentalidades decorre de motivos institucionais e das metamorfoses da escrita da história: ela é resultado de questões políticas, e não meramente epistemológicas. Demandas sociais explicam o devir da historiografia. Assim sendo, a história das mentalidades emerge como resposta política a um certo contexto institucional e social da França. No plano dos objetos, a história das mentalidades “rouba” a temática das ciências concorrentes; no plano metodológico, toma dessas mesmas ciências o modelo serial, a quantificação.

## OBJETIVO E CONCEITOS BÁSICOS DA HISTÓRIA CULTURAL

### OBJETIVO DA HISTÓRIA CULTURAL

Conforme Chartier, o objetivo da história cultural é identificar modos de apreensão da realidade social, modos de “ler” a realidade. Como, em diferentes contextos, os homens concebem o meio social no qual estão envolvidos? O objeto da história cultural são os “esquemas intelectuais”, por meio dos quais os homens se apropriam do mundo circundante. Pense, por exemplo, nos diversos modos, ao longo do tempo, de “ler” a Bíblia Sagrada... Pense também nas formas como distintos públicos consomem as novelas de TV. O objeto, embora sendo o mesmo, ocasiona distintas formas de apropriação. Pense na leitura de um cordel por um intelectual e sua audição por um matuto iletrado do mundo rural. O objetivo da história cultural, segundo Chartier, é descrever essas formas sociais de construção da realidade, os modos como os grupos constroem, elaboram, semantizam o mundo. O autor quer, assim, trazer para a história uma abordagem típica da sociologia ou da antropologia. Não é à toa que ele concebe a história

como uma “sociologia retrospectiva”, uma sociologia das sociedades passadas. Que “esquemas intelectuais” foram elaborados por grupos sociais no tempo passado? Como os nossos antepassados “leram” o mundo? O autor confessa sua dívida para com a sociologia de Pierre Bourdieu (1930-2002).

Para operar a história cultural, Chartier se vale de dois conceitos básicos: “representação” e “apropriação”. Consideremos cada um deles.

### O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO E SEUS ATRIBUTOS

Por representação Chartier entende o modo como os homens constroem intelectualmente seus mundos, sua realidade circundante. O autor acentua alguns aspectos dessa categoria ou noção. Ela não é universal, pois resulta de posições sociais. A representação não é neutra ou objetiva. Ela nasce e funciona calcada em interesses. Ou seja, não se trata de algo inocente mas de algo empenhado, ligado às necessidades concretas ou sociais. Voltando ao exemplo das leituras da Bíblia: católicos e evangélicos lêem a Bíblia de modos distintos, porque seus interesses também são distintos. No contexto da Reforma, enquanto os católicos queriam reforçar o poder papal, Lutero queria questioná-lo...

O conceito de representação é fundamental na configuração da história cultural formulada por Roger Chartier. A noção alude ao modo como, socialmente, os homens constroem o mundo, construindo sentidos, atribuindo significados. Assim, três aspectos pautam a representação: a dimensão coletiva, a particularidade e o empenho.

a) Em primeiro lugar, a representação é singular, pois remete a um segmento específico. Ela não é universal, é específica, relativa. Pense, por exemplo, na cosmogonia dos nossos matutos. Por outro lado, a representação não é gratuita, não é desprovida de sentido. Os grupos constroem suas representações para atender a demandas vitais, concretas. Não é algo meramente imaginário. A mitologia tupinambá é funcional ao modo de vida daqueles índios. A religião dos hebreus atendia às necessidades daquele povo.

b) Assim entendidas, as representações, diz Chartier, estão colocadas no campo de concorrências (p. 17), de disputas, de contendas, de lutas. A luta de classes não ocorre somente no plano econômico e político, mas também no plano simbólico, no plano da cultura. Pense, por exemplo, nas disputas entre latifundiários e o MST. Pense ainda no conflito entre a visão médica da sexualidade e a concepção popular (homossexual x viado). A luta não é somente econômica, é também espiritual ou simbólica. Compreendendo dessa forma as representações, Chartier diz superar a dicotomia teoria/prática, uma vez que representações se materializam em atos, têm vida concreta no âmbito das práticas. As lutas da Reforma são, por exemplo, ao mesmo tempo simbólicas e práticas. Ocorrem nos dois planos. Assim, as representações expressam conflitos de interesses, lutas sociais, contendas, disputas. Imagine o significado político da

conversão de um tupinambá ao catolicismo. O conflito entre a religião privativa dos índios e a nova religião, o catolicismo. O conflito entre as duas era expressão da luta entre dois modos distintos de vida: o modo nativo e o modo civilizado ou “branco”. A luta não é somente material, é também cultural ou simbólica. Note que o autor “culturaliza” Marx, a luta de classes.

c) Invocando Maus, Durkheim e Febvre, Chartier toma a noção de representação como algo coletivo, e não individual ou psicológico. As representações são esquemas perceptivos, são construções engendradas no âmbito da vida coletiva. Não são construções individuais.

Invocando Cassirer e Panofski, o autor concebe as representações enquanto “construções do mundo”, formas de apreensão do real socialmente vivido. Construção simbólica do mundo, apreensão semântica da realidade. Por que representação, e não mentalidade?

Para Chartier, a noção de representação é mais adequada que a noção de mentalidade, uma vez que

- a) acentua a multiplicidade das visões, enquanto a noção de mentalidade tende a homogeneizar;
- b) acentua a contradição, enquanto a noção de mentalidade esconde os conflitos.

## O CONCEITO DE APROPRIAÇÃO

Chartier fundamenta-se na teoria da recepção. Inicialmente, o conceito diz respeito à maneira como os “leitores” se apoderam dos discursos, das visões sobre a realidade, resultando em novas visões de mundo e de si mesmos. Todavia, diz o autor, o sujeito que se adona dos discursos não é um “sujeito universal”, mas alguém situado historicamente. Assim sendo, por exemplo, os mesmos textos podem acarretar distintas leituras, em distintos contextos. Mais uma vez, pense nos leitores da Bíblia Sagrada, como cada segmento lê diversamente o texto sagrado com fitos distintos. Cada igreja, uma “leitura”. Cada leitor busca no texto o que atenda aos seus interesses grupais.

A história cultural, então, concebe a leitura (apropriação) como tarefa ativa do sujeito. O “sentido” do texto não é previamente dado, fixo: resulta da atuação do leitor. O leitor potencializa sentidos latentes nos textos. A interpretação – nesse contexto – é uma cooperação entre o leitor e o texto. A apropriação – por outro lado – não é individual. É social, institucional, cultural. Implica “práticas específicas”. A construção dos sentidos é uma operação prática, social, coletiva. Lembre, mais uma vez, as leituras da Bíblia. Cada leitor a lê com as “chaves” oferecidas por seu grupo ou por sua seita.

Voltemos a pensar na conversão de um tupinambá ao cristianismo; ele não o faz do mesmo modo que um muçulmano. Ele se apropria do catolicismo de modo singular. Toma alguns aspectos e esquece outros. Atribui sentidos novos aos sacramentos ou aos textos bíblicos. Faz leituras peculiares. Lembremos ainda os negros africanos convertidos ao catolicismo sincretizando os santos católicos com as divindades africanas e construindo novos sentidos. De modo distinto agiria um budista ao se converter ao catolicismo.

### CONSULTAR SOBRE ROGER CHARTIER

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOPES, José Sérgio Leite. Apresentação [de Roger Chartier. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p.97-100, 1994.

ROJAS, Carlos Antônio A. **Depois de 1989. Uma história dos Annales**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2004. p. 143-161.

BURKE. O que é história cultural? Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Nota de Apresentação. In: CHARTIER, R. **A história cultural**. Lisboa: DIFEL, 1990, p.7-11.

### TEXTOS BÁSICOS

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: **A História Cultural**. Lisboa: DIFEL, 1990. p. 13-28.

CHARTIER, Roger. Preâmbulo. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2004. p.7-20.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**. São Paulo, v.11, n.5, p.173-191, jan-abr. 1991.

### ATIVIDADES



1. Que fatores, conforme o texto, explicam o surgimento da “história cultural”?
2. Que reparos faz o autor ao conceito de “mentalidade”?
3. Em que aspecto a história cultural afasta-se da hermenêutica?
4. Como a história cultural concebe a relação representação e política?
5. Quais os dois conceitos básicos da “história cultural”?
6. Como a noção de apropriação explica as diferenças de visão de mundo?

## CONCLUSÃO

Para Roger Chartier, a história cultural deve ser tomada como “análise do trabalho da representação”, das configurações sociais marcadas pelas “classificações conflituosas da realidade”. O objeto da história cultural remete, assim, a “práticas articuladas”, políticas, sociais e discursivas, conjuntamente. Note aqui um elo com a noção foucaultiana de práticas discursivas.

Observe que representação e apropriação não são coisas distintas. São faces de uma mesma moeda. Nos termos do autor, toda representação é apropriação, toda apropriação é representação. As leituras evangélicas da Bíblia são, ao mesmo tempo, representações e apropriações, aspectos de uma mesma realidade.

## RESUMO

Hoje vimos Roger Chartier, autor ligado à Escola dos Anais e principal formulador da “História Cultural”. Tal vertente surge como resultado da insatisfação com a história das mentalidades, surgida nos anos de 1960 e 1970. O objetivo da história cultural é, segundo o autor, identificar modos de apreensão da realidade social, modos de “ler” a realidade. Descrever essas formas sociais de construção da realidade, os modos como os grupos constroem, elaboram, semantizam o mundo. Há dois conceitos básicos na história cultural: “representação” e “apropriação”. Por representação Chartier entende o modo como, socialmente, os homens constroem o mundo, construindo sentidos, atribuindo significados. Para ele, isto não é universal, pois resulta de posições sociais. Não é neutro ou objetivo, mas calcado em interesses. Um aspecto da representação é sua singularidade, pois remete a um segmento específico. Por outro lado, a representação não é algo meramente imaginário. Assim entendidas, as representações também estão colocadas no campo de concorrências, pois a luta de classes não ocorre somente no plano econômico e político, mas também no plano simbólico, no plano da cultura. Chartier toma as representações como algo engendrado no âmbito da coletividade. Enfim, o autor diz que o conceito de apropriação diz respeito à maneira como os “leitores” se apoderam dos discursos, das visões sobre a realidade, resultando em novas visões de mundo e de si mesmos. A história cultural, então, concebe a leitura (apropriação) como tarefa ativa do sujeito. O “sentido” do texto não é previamente dado, fixo: resulta da atuação do leitor em determinado contexto. Assim sendo, os mesmos textos podem acarretar distintas leituras.



## REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. **Varieties de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LOPES, José Sérgio Leite. Apresentação [de Roger Chartier]. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p.97-100, 1994.

ROJAS, Carlos Antônio A. **depois de 1989. Uma história dos Annales**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2004. p. 143-161.

Nota de Apresentação. In: CHARTIER, R. **A história cultural**. Lisboa: DIFEL, 1990.p.7-11.